

O ALIMENTO DA ROÇA QUILOMBOLA MEXE COM A MEMÓRIA DAS PESSOAS: A CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS E FUTUROS EM MEIO AOS DESAFIOS PANDÊMICOS¹

DOI: 10.12957/synthesis.2023.75897

ANA CAROLINA OLIVEIRA MARCUCCI*, CAUÊ FRAGA MACHADO**

Resumo: Com Covid-19, o tempo do alimento ficou em evidência diante do risco da perda de parte da produção das roças quilombolas do Vale do Ribeira com o cancelamento de projetos ligados ao PNAE. Nesse cenário, a renda de quilombolas e caiçaras se viu afetada, e ações criativas foram necessárias. Para isso, parceiros auxiliaram na criação de um “consórcio de doações” junto à cooperativa local (Cooperquivale), que, com o dinheiro arrecadado, pagou pelo alimento e seu transporte, destinado à periferia de São Paulo. O objetivo aqui é olhar para essa experiência de resistência e formação de alianças para o enfrentamento de dificuldades e fome em meio à crise pandêmica a partir da roça quilombola. A doação de alimentos da roça está para além de uma ação solidária, diz sobre conhecimentos ancestrais e segurança alimentar. Trata-se de uma estratégia que traz à tona temporalidades, memórias e afetos, e compõe mais um passo na manutenção da vida e na construção de possibilidades de futuros em comum.

Palavras-chave: roça quilombola; doação de alimentos; memória; temporalidades.

* Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/Unicamp. Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais (Ceres) e bolsista CNPq. E-mail: ana.marcucci31@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8964-8094>>.

** Pós-Doutorando do PPGAS/UFRGS, no qual é pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS), do Grupo de Estudos de Antropologia, Raça, Etnicidade e Saúde (ARES), faz parte também do Grupo de Estudos Afro (GeAfro) ligado ao Neab-i/UFRGS, é bolsista FINEP no Projeto A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento (Convênio Ref.: 0464/20 Finep/UFRGS). A pesquisa é desenvolvida pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI e integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia. A pesquisa com idosos é desenvolvida por uma equipe mais ampla de pesquisadoras e pesquisadores, a quem agradecemos pela colaboração: Ceres Victora, Monalisa Siqueira, Patricie Schuch, Caroline Sarmento, Gabriela Propp, Juliara Segata, Lauren Rodrigues, Mariana Picolotto, Pamela Ribeiro, Roberta Ballejo e Taciane Jeske. E-mail: cauefm@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0023-9375>>.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

Food from quilombola's agriculture arouses people's memories: building resistance and futures amid pandemic challenges

Abstract: In the midst of the Covid-19 pandemic, food temporality came to light, considering the jeopardization of quilombola's agriculture's food production in Vale do Ribeira, due to the cancellation of projects linked to the PNAE. In this scenario, the income of quilombola and caiçara people was affected, so creative measures were necessary. Their 'Partners' helped to establish a "consortium of donations" along a local cooperative (Cooperquivale) which, with the money collected, paid for food and its transportation, destined to a suburb in São Paulo. This article's objective is to look at this particular experience of resistance and formation of alliances in the face of difficulties and hunger amid the pandemic crisis, from the perspective of quilombola's agriculture. The food donations from the quilombola people goes beyond a simple action of solidarity, and it tells us about their ancestral knowledge and food security. It is a strategy that evidences the temporalities, memories, affections, and crafts a step towards their traditional lifestyle's maintenance and possibilities for common futures.

Keywords: quilombola's agriculture; food donation; memories; temporalities.

*"Eu acordo a noite assim pensando nos nossos irmãos brasileiros que estão morrendo nessa pandemia e do povo que está **morrendo de fome**, e nós temos tanta coisa aqui que perde..."* Benedita Rocha, moradora da comunidade quilombola Maria Rosa².

INTRODUÇÃO

Não são poucas as incertezas trazidas pela pandemia de Covid-19³. Essa certamente é uma afirmação evidente, e até um pouco repetitiva de se fazer no final do ano de 2021, há quase dois anos de seu início. Ainda assim, acreditamos na importância do registro. Afinal, só em números de vidas perdidas, já contabilizamos mais de 600 mil em todo o Brasil! Esse número, vale ressaltar, tem relação direta com uma série de ações criminosas e negligentes por parte do governo federal diante da emergência sanitária. E as consequências vão além: elas aparecem, por exemplo, nos altos índices de desemprego e de fome que atingem uma parcela mais vulnerável da população brasileira. Por isso mesmo, a leitura da pandemia desde uma perspectiva de(s)colonial e não vírucêntrica, que leva em conta as mais diversas inequidades sociais, atenta para a necessidade de:

[...] análises da pandemia centradas no agente patogênico estão por toda parte. Cepas, variantes, contágio, propagação – “novo coronavírus”. Aquele vocabulário elitista e tecnocrático da Saúde Global que reduz a complexidade dos processos de saúde, doença e cuidado a indicadores objetivos, transculturais e pretensamente universalizáveis foi sutilmente incorporado ao nosso cotidiano. Mas, tem também as “histórias com gente”. É o caso daquelas que nos interessam na antropologia. Nelas, pandemia não é assunto de agente patogênico em si. Importam os efeitos que eles produzem nas nossas relações, identidades e trajetórias. Mais além do vírus, os gestos e atenções; as decepções e esperanças; as invisibilidades e exclusões, mas também a força e a resistência. É a pandemia em raça, gênero, território e ambientes, das lutas de ontem e do tempo presente, dos vínculos parentais, das redes de cuidado (SEGATA; SEGATA, 2021b, p. 12).

Mas, se o medo do vírus é uma constante nova para essa população, “reexistir⁴” em momentos de retrocesso não é. Agenciamentos e medidas criativas estão sendo constantemente elaboradas e reelaboradas.

A chegada da Covid-19 obrigou comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais do Vale do Ribeira-SP a se organizarem em busca de estratégias para o enfrentamento dos novos

tempos. Para garantir a saúde e segurança de todos os moradores, restrições de acesso a algumas comunidades na região foram divulgadas já no dia 21 de março de 2020. Nesse momento, fazia dez dias que a Organização Mundial da Saúde (OMS) tinha declarado pandemia de coronavírus, e os números de contaminados cresciam rapidamente. Desse modo, buscando se proteger, muitas comunidades suspenderam visitas turísticas e orientaram seus moradores a só saírem dos territórios em caso de emergência médica e para a compra de alimentos.

Reforçando tais medidas, o Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR) escreveu uma carta de recomendação sobre o coronavírus (Covid-19), publicada no dia 20 de março de 2020 na página do Facebook do Fórum. A carta recomendava que acordos coletivos fossem realizados nas comunidades “devido aos históricos descasos e falta de assistência médica diferenciada às famílias nesses territórios e a falta de leitos hospitalares para atendimento da população do Vale do Ribeira” (FPCTVR, 2020). Assim, muitas das preocupações pandêmicas relacionadas à falta de políticas públicas específicas de prevenção, tratamento e monitoramento de casos de Covid-19 nos territórios, estavam também relacionadas à insuficiência de políticas anteriores – o que demonstra que o (des)governo e o estado em sua forma capitalística, antropofalocêntrica-colonialista-racista (ROLNIK, 2021) junto com as catástrofes e o antropoceno (STENGERS, 2015) são a grande pandemia da qual o coronavírus é uma das pandemias que se acopla e produz devires-mortíferos, especialmente para as populações minoritárias e minorizadas, mais propensas pela falta de “quase tudo” a contrair o vírus e a doença (Covid-19).

Por essa razão, outras entidades se viram obrigadas a tomar às vezes de Estado, o que não quer dizer que assumiram a Forma-Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2011a; 2011b; 2011c; 2012a; 2012b; 2016c). De forma autônoma, os casos passaram a ser rastreados e acompanhados no Vale do Ribeira pela Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e pelo Instituto Socioambiental (ISA). No entanto, a falta de assistência específica relacionada à saúde (geral e para o coronavírus) não é a única questão que impõe empecilhos severos: a carência de serviços, como saneamento básico em certas comunidades, estradas em mal estado ou inexistentes, e a falta de sinal de telefonia e internet na região – especialmente no contexto remoto atual – também contribuem para as dificuldades enfrentadas pelas comunidades.

Assim, mesmo com o agravante da pandemia, as dificuldades em obter políticas específicas do poder público para os povos e comunidades tradicionais não é novidade. Existe uma grande burocracia para que profissionais e testes cheguem aos territórios, fazendo com que, nessa demora, aumente rapidamente o número de pessoas com suspeita de Covid-19 nos bairros. Esse *atraso*, por sua vez, faz crescer o risco de o vírus atingir de maneira letal os moradores, em especial as lideranças *mais velhas*, já que as casas nos quilombos geralmente têm poucos espaços privativos. Desse modo, qualquer sintoma leve que aparente ser Covid-19 é motivo para grande preocupação nas comunidades.

A proteção da população idosa é aqui outro ponto fundamental para o contexto posto, uma vez que ela representa a própria continuidade do quilombo. Tanto em conversas por telefone com interlocutores quanto em reportagens e redes sociais, a ênfase dada na proteção dos *mais velhos* foi sempre central. Isso porque os mestres e mestras são reconhecidos por sua liderança e ensinamentos, e por cultivarem um vasto conhecimento do território através de uma série de práticas e experimentações.

Entende-se que para pensar futuros nas comunidades quilombolas, os mais novos observam, aprendem e reformulam com e a partir de seus mais velhos. O conhecimento mobilizado pelas comunidades do Vale é aquele transmitido desde o passado, dos antigos, de seus mais velhos e mais velhas, que reflete os espaços e tempos da terra e seus *viventes*, do cultivo da roça, das festas de Santos e puxirões, da história de ocupação, circulação e resistência no território. E tudo isso, diz sobre as

continuidades e mudanças que formam futuros comuns construídos junto às novas gerações. (LOERA; MARCUCCI; TORRES, no prelo).

Assim, as pessoas de mais idade são o grupo pelo qual as gerações mais novas não apenas se orientam e com o qual aprendem, mas que reconhecem como detentor de habilidades e memórias histórica, ritual e cultural privilegiadas (BENITES; PEREIRA, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2018). Por isso mesmo, o medo de perder *seus mais velhos*, grupo de risco⁵ da pandemia, é tão presente, conforme fica evidente nas recomendações do FPCTVR para o enfrentamento da Covid-19:

Figura 1 – Nota de recomendação do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira sobre o coronavírus (Covid-19).⁶



Fonte: Facebook. Fórum dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira (2020).

Dentre os conhecimentos mobilizados pelos *mais velhos*, a centralidade da roça e seu manejo é destacado entre os quilombolas do Vale do Ribeira. Segundo o pesquisador quilombola Luiz Marcos de França Dias (2021), a roça quilombola “ocupa lugar central e fundamental para os saberes ancestrais e nas relações sociais, ambientais e de perpetuação dos modos de vida” (DIAS, 2021, p. 55). Assim, a roça tradicional quilombola se mostra um local privilegiado de acesso a temporalidades diversas⁷, onde a projeção de futuro dos *mais novos* está estendida ao passado desde os *antigos*.

A centralidade da roça na vida dos moradores quilombolas na região também levou ao registro do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) como bem Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2018. Segundo Brandão (2020), na análise dos documentos relativos à solicitação da patrimonialização do SATQ, é recorrente afirmarem que “o pedido de registro faz parte de uma estratégia de ação em defesa dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas e de seus modos de vida tradicionais” (BRANDÃO, 2020, p. 21), deixando claro que o registro também é articulado com demanda de reparação, valorização e pela manutenção da vida.

Além disso, é na roça que grande parte dos moradores garantem a alimentação para consumo próprio e de onde tiram todo ou parte de seu sustento, através da venda externa. Por isso mesmo, ela é o centro de preocupação e de ações durante a pandemia. Portanto, procuraremos olhar daqui em diante para ações de resistência e formação de alianças para o enfrentamento de dificuldades e fome em meio à crise pandêmica a partir da roça quilombola. Particularmente, olharemos para a iniciativa do “consórcio de doações”, em que agricultores e agricultoras quilombolas ligadas à cooperativa Cooperquivalê, com a articulação do Instituto Socioambiental (ISA) e outros parceiros, puderam escoar a produção de alimentos para bairros e comunidades em situação de maior vulnerabilidade. A partir dessa iniciativa, foram destacadas articulações entre quilombo e favela, que não apenas possibilitam abertura de mercados futuros, mas reforçam afetos e alianças comuns.

Ademais, precisamente pelo contexto pandêmico, este texto foi escrito a partir de um campo não presencial, que está sendo retomado lentamente. As informações foram obtidas através de notícias, eventos remotos, redes sociais, trocas de mensagens e telefonemas. Por isso mesmo, muitas questões ainda se encontram não respondidas ou pouco aprofundadas.

TEMPOS DA ROÇA

O Vale do Ribeira se localiza no sul do estado de São Paulo e no leste do estado do Paraná e abriga uma grande riqueza em termos ambientais e culturais. Dos 32 municípios que compõem uma área de cerca de 25.000 quilômetros quadrados, 23 deles ficam no lado paulista e 9 no lado paranaense. A região conserva o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica no Brasil, no qual 21% dos 7% restantes do bioma encontram-se no local. Além da Mata Atlântica, a região também abriga outros biomas ainda bem preservados, como o de restinga e manguezais, bem como uma importante rede hidrográfica que compreende em especial a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá (NASCIMENTO, 2012). Dentro dessa região existem comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, caboclas, ribeirinhas, e outros grupos que se dedicam à agricultura familiar e tradicional.

Segundo Pedroso-Junior, Murrieta e Adams (2008), a roça tradicional quilombola é enquadrada de maneira mais ampla como agricultura itinerante ou rotativa. Trata-se de um “sistema agrícola contínuo no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que aqueles destinados ao pousio⁸”, implicando a rotação das áreas de cultivo (PEDROSO-JUNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008, p. 02). Assim, a coivara é composta por três estágios básicos: a) conversão, em que se utiliza o fogo para limpeza e preparação do solo com as cinzas; b) cultivo, caracterizado pela diversidade de espécies e variedades manejadas; e c) pousio. Hoje em dia, no entanto, é possível dizer que as comunidades quilombolas precisam atravessar mais uma etapa no processo de plantio.

Para a realização de qualquer tipo de supressão de vegetação em área de Mata Atlântica, conforme disposto na Lei nº 11.428 de 2006, é imperativo que se tenha uma licença ambiental, sob o risco de *levar multas*. Por isso, a cada dois anos as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP apresentam, via associação quilombola, um pedido de autorização para realização das roças tradicionais à Companhia Ambiental do Estado de SP- Cetesb. A região abriga em torno de 88 comunidades quilombolas (RIBEIRO FILHO, 2015), e o processo até a autorização não é curto. Ele envolve que as comunidades sejam objeto de um licenciamento prévio, que compreende o georreferenciamento das áreas requisitadas, visitas técnicas e a elaboração de laudos pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Em tal processo, particularmente burocrático – lembremos que todas as estrias burocráticas são assassinas do fluxo de vida –, são frequentes as queixas pelas comunidades quilombolas de *atrasos* na emissão das autorizações, o que prejudica ou mesmo inviabiliza a realização da roça, já que tudo tem seu *tempo certo*.

Assim, as comunidades locais são obrigadas a adicionarem mais um tempo, incerto e impreciso, ao processo de realização da roça: o tempo da licença ambiental. Portanto, do mesmo modo que documentos (licenças, autorizações, leis, projetos) passam a incorporar os tempos do processo de fazer roça, esses tempos estão em disputas. As consequências de não respeitar os *tempos certos* de cada etapa da roça e do alimento para o futuro dessa população e do sistema agrícola são sérias, como a perda de sementes, impacto na soberania alimentar e na renda, além

de prejudicar as relações de trocas entre as pessoas e entre outros *viventes*, seja de conhecimento, seja de alimento. Isso porque, segundo os moradores, os animais são os primeiros a comerem de suas roças, e por isso, a sua realização é defendida pelos agricultores e agricultoras quilombolas, como uma atividade que beneficia e envolve não só os humanos, mas também os bichos, plantas, o rio, e outros seres – o que já fora observado, no que tange uma ecosofia, em Machado (2009; 2018) sobre *ecológicas* quilombolas em duas comunidades distintas: Casca no Rio Grande do Sul e Evaristo no Ceará. “Os primeiros que aproveitam da roça são os bichos, os passarinhos! Nós [humanos] somos os últimos que aproveitamos dela”. (Liderança quilombola da comunidade de Bombas)⁹.

Com a pandemia de Covid-19, outra faceta dessa temporalidade da roça e dos documentos/contratos que a atravessam ficou escancarada: o tempo de escoamento e consumo dos alimentos. Como mostra Rosana Almeida, do quilombo Nhunguara e coordenadora financeira da Cooperquivalê no evento *on-line* “Conexão quilombo e favela”, “com a quarentena, as escolas fecharam, e as cidades deixaram de comprar os produtos. Eles ficam acumulados, e a gente iria perder tudo”¹⁰. Assim, a roça quilombola, que já sofria com as incertezas implicadas nos *atrasos das licenças*, se viu também sob o risco da *perda* do alimento por não ter como escoá-lo e, conseqüentemente, a perda da renda. Seu consumo, portanto, é outro tempo que está sendo mobilizado.

Figura 2 – Produção de abóboras dos quilombolas no Vale do Ribeira



Fonte: Foto de Roberto Almeida- Instituto Socioambiental.

COOPERQUIVALE E O PLANO EMERGENCIAL

Fundada em 2012, a Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivalê) tem como proposta comercializar a produção excedente dos territórios quilombolas. Nela há cerca de 240 cooperados, que congregam 19 comunidades quilombolas de quatro municípios do Vale do Ribeira: Jacupiranga, Eldorado, Iporanga e Itaóca (VIEIRA, 2020, p. 31). A cooperativa, então, procura dar assistência aos agricultores e agricultoras associados para a realização das vendas aos mercados institucionais, através de programas governamentais, e facilitar o escoamento dos produtos provenientes das comunidades. Com isso, objetiva fortalecer a estrutura e organização dos cultivadores e promover valorização da produção local e aumento da renda de seus cooperados.

Segundo Vieira (2020), as cooperativas “são formas de organização coletiva de produção que representam um grupo de agricultores familiares” (Ibidem, 2020, p. 11). Além disso, para ter acesso a políticas públicas, ainda segundo a autora, se baseando em informações do Sebrae (2019), as cooperativas devem ser reconhecidas formalmente através da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). De acordo com reportagem do ISA de janeiro de 2021, atualmente a Cooperquivale comercializa mais de 78 alimentos para os programas de compras institucionais, como Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Doação Simultânea (PAA-DS) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹¹. Além disso, a cooperativa trabalha com uma feira semanal no município de Eldorado e entregas para vários institutos.

Em virtude da Pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020 os pedidos das prefeituras aos quais a Cooperquivale atende (São Paulo, Santos, Santo André e Cajati) foram suspensos e, desde então, permanecem paralisados. Essas paralisações referem-se aos contratos da cooperativa e às prefeituras via PNAE, do Ministério da Educação, cuja vigência normalmente é de 12 meses. Para se ter uma ideia do impacto na cooperativa, somada à produção prevista para atender a esses contratos antes de sua suspensão, são mais de 200 toneladas de alimento, segundo dados do ISA¹². “O impacto [da suspensão dos contratos] para os produtores e para a Cooperquivale foi muito grande [...] os produtores tinham investido tempo e dinheiro para ter produto e atender os pedidos.” (Gilson Souza Silva Pereira, do quilombo Sapatu).¹³

Os editais de chamadas públicas são, geralmente, o modo como a participação das comunidades quilombolas no PAA e no PNAE se dá. Realizadas pelo órgão comprador municipal, os editais são o espaço através do qual as famílias quilombolas (grupos informais) e organizações coletivas de produção (grupos formais) “apresentam seu projeto de venda, que inclui preços, prazos e formas de entrega” (VIEIRA, 2020, p. 13). Como procurei destacar, para a realização do plantio, é necessário planejamento prévio e respeito aos tempos certos de cada etapa de desenvolvimento. A interrupção da compra de alimentos, e, conseqüentemente, a renda provinda dele, gera incerteza e confere mais um obstáculo para que as pessoas possam se manter em casa durante a circulação do vírus.

Assim, a paralisação dos projetos em 2020 e as incertezas para a retomada em 2021 fizeram com que medidas alternativas fossem articuladas. Neste momento, a parceria da Cooperativa com o Instituto Socioambiental (ISA), que já existia previamente, ganhou ainda mais articulação diante da situação de emergência. Segundo Fabiana Fagundes da Silva, assessora técnica do ISA¹⁴, existia uma preocupação grande com o fluxo de pessoas entre quilombo e cidade por conta do contágio das comunidades e a perda da renda de agricultores. Em virtude disso, foi elaborado o denominado “plano emergencial”, que consiste em duas frentes de trabalho: 1) a prevenção contra a Covid-19, por meio da distribuição de kits de proteção com máscaras, álcool em gel e sabão nas comunidades do Vale do Ribeira, bem como medidas educativas sobre contágio e prevenção; 2) promoção da segurança alimentar e geração de renda, neste caso articulando a Cooperquivale e outros parceiros.

Os alicerces fundamentais desta proposta foram a manutenção da segurança alimentar e reorganização do trabalho, de modo a levar em conta a diversidade e fartura produzida na roça quilombola. Assim, o projeto procurou garantir o escoamento da produção e a manutenção da renda de parte dos agricultores e agricultoras quilombolas ao ligar patrocinadores e campanhas contra fome à Cooperquivale. Através desse “consórcio de doações”, que compraram os alimentos da roça quilombola e peixe de pescadores caiçaras, os alimentos foram distribuídos a bairros pobres do Estado de São Paulo atingidos pela Covid-19.

Desse modo, foi a partir dessa iniciativa “quilombo na quebrada”, como as legendas e *hashtags* nas redes sociais dos grupos envolvidos mostram, que se articularam essa importante campanha contra fome e pela distribuição de alimentos saudáveis das roças tradicionais. Através de trocas de contatos do ISA e parceiros com mais de 20 organizações, a logística da troca foi se desenhando. Para isso, levou-se em consideração um levantamento prévio do ISA de grupos que necessitavam de alimento. Assim, as cestas doadas foram encaminhadas a bairros como a Vila Brasilândia, Favela São Remo, Favela 1010, Capão Redondo, Embu das Artes, e outras comunidades da própria região, como comunidades quilombolas e indígenas¹⁵. Os tipos de

alimentos doados a cada mês respeitavam a sazonalidade do plantio local, e sua entrega era feita em pontos estratégicos, como galpões, associação de moradores ou até mesmo do caminhão da Cooperquivale direto para as pessoas.¹⁶ Além disso, a inclusão na cesta do peixe pescado e seco pela comunidade caiçara da Enseada da Baleia foi realizada pelo Instituto Linha D'água, buscando unir estratégias e a força de diferentes povos tradicionais nesse processo – isso demonstra a importância das noções de alimento e de comestibilidade¹⁷ na hora de programas que visem sanar emergencialmente a fome, afinal, uma cesta básica para um político “cara pálida” pode vir repleta de não alimentos não comestíveis para determinados coletivos, o que faz esses programas e políticas fracassarem de saída.

Figura 3 – Distribuição de alimentos da Cooperquivale na comunidade de São Remo, na zona oeste de São Paulo



Fonte: Foto Rodrigo Kees, Instituto Socioambiental.

Por outro lado, não se pode falar dessa iniciativa sem falar dos *parceiros*. A presença da articulação de Institutos, como o Instituto Socioambiental (ISA), e outros, como o Instituto Linha D'água, tem grande repercussão no desenvolvimento de projetos, patrocínios, veiculação midiática, etc. De acordo com a assessoria do ISA, parte do recurso do instituto foi realocado a outros projetos, dada a impossibilidade de realizar trabalho de campo durante a pandemia. Uma parcela desse montante disponível, então, foi investido no projeto do plano emergencial e deslocado para a compra de alimentos nas comunidades com a gestão da Cooperquivale. Aqui, vale ressaltar, porém, que apenas uma parcela dos quilombos do Vale do Ribeira integra a cooperativa quilombola Cooperquivale.

O ISA também procurou ampliar a campanha com o auxílio de potenciais parceiros e financiadores para dar continuidade ao projeto. Para isso, o meio *on-line* teve um papel essencial: a circulação de fotos, reportagens e notícias das ações em seu *site* e redes sociais, bem como a produção de pequenos vídeos e até um minidocumentário¹⁸ no YouTube explicando o projeto. A repercussão da campanha levou ao engajamento de vários parceiros de diferentes setores¹⁹, incluindo a criação de uma “*vakinha*” *on-line* para arrecadação. Por isso mesmo, também se tornou o foco de notícias em veículos de grande circulação, como a Folha de São Paulo²⁰ e reportagem no Globo Rural e G1²¹.

Figura 4 – Reportagem da Folha de São Paulo sobre o plano emergencial



Fonte: Folha de São Paulo (2021).

Assim, segundo dados do ISA²², em 1 ano e 4 meses de ações emergenciais, a Cooperquivalê realizou 17 entregas, referentes a 249 toneladas de alimentos²³ para um número estimado de 31 mil pessoas. Com a crise alimentar agravada pela pandemia, as ações de distribuição de alimentos como a da Cooperquivalê se mostraram não apenas uma “assistência indispensável”, como observou José Raimundo Ribeiro, membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan), mas também uma oportunidade de mobilizar memórias e estimular alianças.

Do mesmo modo, conforme me apontou Raquel Pasinato, coordenadora do ISA no Vale do Ribeira, em uma conversa por Google Meet em julho de 2021, ao mapear demandas por alimentos, o encontro quilombo e periferia promove mais do que uma ação solidária pontual, abre espaços para o estabelecimento de uma futura comercialização direta entre as comunidades do meio rural e periferias do urbano. Assim, o projeto se tornou uma interessante amostra de como a produção tradicional de alimentos, realizada de forma sustentável e com um grande acúmulo de conhecimentos de muitas gerações, pode atingir consumidores de forma mais justa e fortalecer as relações entre comunidades tradicionais e periferias urbanas.

Nas várias reportagens relacionadas à iniciativa, também era mencionado que, durante as entregas das cestas de alimentos, conexões e memórias afetivas de moradores da periferia com os alimentos da roça apareciam nas falas das pessoas, dando um significado ainda mais potente ao alimento consumido. “Fui criada nesse mundo de roça, meu pai plantava mandioca, milho, abóbora. É lembrar do tempo que a gente era criança. Eu nunca mais comi palmito assim, fresquinho.” (Terezinha de Jesus Freitas, 64 anos, moradora do Jardim Amália, região do Capão Redondo, zona sul de São Paulo).²⁴

A alimentação é um sistema complexo, que chama memórias e diz sobre transformações e particularidades dos modos de vida, de convívio, relações sociais, lógicas corporais e representações simbólicas. Por isso, o alimento é um recurso de grande potencial analítico para pensar as sociedades humanas a partir, por exemplo, da construção sócio-histórica do *gosto*, da *substância*, do *status* de prestígio, da *mistura*, da “cerimônia”, e do “receber bem” (DAINESE, 2015, p. 236). De acordo com Maciel (2001, p. 151):

A comida envolve emoção, trabalha com a memória e com sentimentos. As expressões “comida da mãe”, ou “comida caseira” ilustram bem este caso, evocando infância, aconchego, segurança, ausência de

sofisticação ou de exotismo. Ambas remetem ao “familiar”, ao próximo, ao frugal. Porém, se o “toque caseiro” é o toque mais íntimo em oposição ao “toque profissional”, em série, não-pessoal. O toque “da mãe” é uma assinatura, que implica tanto no que é feito, como na forma pela qual é feito, que marca a comida com lembranças pessoais.

É importante, ainda, de acordo com Maciel (2001), saber com quem se come, o que, onde, como e quando se come. Para Lévi-Strauss (1965; 2006) como já ficou célebre, a cozinha traduz uma sociedade, faz a passagem através do fogo da natureza para a cultura, além disso, como no caso que podemos estender às roças, o triângulo culinário (cru, cozido, apodrecido) é complementado pela noção de + ou – elaborado. Assim, uma comida que se cultiva desde o plantio é do mais alto grau de elaboração, poderíamos dizer. Também, como aponta Carneiro (2015), a “mexida de cozinha” ganha lugar estratégico em análises sociocosmológicas. O sistema de circulação de comida e prosa²⁵ nos diz a respeito das particularidades que um “povo” e “pessoas” assumem. As relações desse “povo” vão se mostrando no receber a visita, nas formas de oferecer e aceitar a comida, nas trocas e nos modos de escolher, plantar e preparar o alimento. Assim, podemos perceber como a comida nos revela as relações produtivas e de convívio das comunidades quilombolas com o meio ambiente e seu território, com o comércio, com as relações políticas e com as adaptações agrícolas. Por exemplo, com a não utilização de “veneno” nas roças, ou a importância de se colher ou fazer corte na “lua certa”. Ressaltam a importância de se ter acesso a “alimento de verdade”. Essas relações são estabelecidas por meio de “avaliações específicas de comestibilidade e não comestibilidade”, cuja justificativa não se faz somente pelas possíveis vantagens biológicas, ecológicas ou econômicas (SAHLINS, 2003).

Assim, a relação das pessoas que recebem as cestas de alimentos ativa e mobiliza distintos significados associados e também abre a possibilidade de aprendizados e trocas. Como mostra a fala de Olegário, morador da Brasilândia em reportagem ao ISA, as trocas se refletem nas relações entre quem planta e quem come: “um dia, quando tudo isso passar, quero poder visitar vocês aí”. Ao que respondeu Rosana, do quilombo Nhunguara: “quando você vier, vamos pra roça das comunidades pra você participar de um mutirão com a gente”. E Olegário ainda completa: “Senti como se fosse um parente bem próximo. Senti uma questão dos ancestrais e da necessidade de manter a cultura, rica. Quero fazer uma visita, quero dar um abraço”. (Olegário, morador da Brasilândia)²⁶.

O distrito da Brasilândia é de maioria negra e de migrantes nordestinos, na qual a presença dos alimentos da roça torna-se “uma relação afetiva”, conta Olegário, já que “tem muita gente com saudades de seus parentes e acabam matando a saudade através do alimento”. Essa ideia é reforçada por Lula Santos, liderança comunitária da Favela São Remo, em relação ao peixe seco caçara, durante o evento *on-line* “Conexão quilombo e Favela”: “Aqui no São Remo temos muitos moradores que vieram da Bahia, Ceará, Paraíba... e adoram esse tipo de alimento”²⁷. Assim, as emoções e memórias mobilizadas chamaram parentes e fizeram parentes. Quilombo e favela unidos através do alimento.

Por outro lado, Lula comenta sobre o distanciamento entre “a ponta de cá e a de lá” ao se referir ao processo de produção agrícola dos alimentos: “para quem foi nascido e criado na cidade” e não tem “a vivência”, é de ficar “abismado com alguns itens que vieram”, se referindo ao palmito pupunha sem conserva. Lula ainda completa que “a qualidade dos alimentos eram incríveis”, e que quer muito não apenas conhecer a cooperativa e a roça, depois do convite feito por Osvaldo, liderança do quilombo de Porto Velho e produtor associado à Cooperquivale, mas quer também levar os jovens da favela para conhecer os territórios quilombolas. Esse seu desejo, expressado no evento realizado de maneira *on-line* pelo ISA em 2020, se concretizou em novembro de 2021²⁸, com a realização de um amistoso entre as jogadoras de futebol feminino dos quilombos do Vale e jovens do projeto “meninas em campo”, na qual Lula é professor. Como as legendas das redes sociais apontam: “comida e futebol fortalecem a conexão quilombo-quebrada”.

Desse modo, é evidente que a iniciativa do consórcio de doações mobiliza mais do que só solidariedade e ajuda. Leva ao conhecimento da diversidade da roça, a entrega de alimentos de

qualidade, saudáveis e sustentáveis. Mas forma também conexões e trocas. Portanto, trata-se de uma ação que traz à tona temporalidades, memórias e afetos, e compõe mais um passo na manutenção dos modos de vida e na construção de possibilidades de futuros em comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, com a chegada da pandemia de Covid-19 nas comunidades quilombolas e tradicionais do Vale do Ribeira-SP, medidas alternativas e criativas tiveram de ser buscadas para dar continuidade ao escoamento dos alimentos das roças. A coivara, como também é conhecida a roça tradicional quilombola, ocupa um lugar fundamental tanto para as sociabilidades, permanência e transmissão de saberes ancestrais e ambientais, quanto para a geração de parte ou toda a renda dessa população. Por isso mesmo, seguindo tendência anterior de protagonismo, a roça foi central nos agenciamentos pandêmicos dentre comunidades do Vale do Ribeira, que ligou o alimento quilombola e caíçara a consumidores em periferias urbanas. Nesse processo, o “consórcio de doações” dos alimentos da cooperativa Cooperquivalê foi desenvolvido junto aos *parceiros*, para que o projeto pudesse caminhar ao longo de 2020 e 2021. Mas, mais do que proporcionar uma atuação solidária em meio à fome, a entrega desses alimentos trouxe à tona afetos, memórias e proporcionaram trocas importantes.

Portanto, neste artigo buscamos, por meio do estudo antropológico da alimentação, a partir do estudo empírico das roças quilombolas e das medidas para o combate à fome, como a distribuição de cestas básicas por Institutos e ONGs, abordar a temática da Covid-19 em sua dimensão sociocultural e afetiva. Isso incluiu tratar as dimensões mnemônicas do comer, bem como as políticas de omissão do (des)governo Bolsonaro em relação às populações minoritárias, em especial àquelas em tela. Podemos observar, assim como outros estudos sobre Covid-19 já citados, que a pandemia não pode ser estudada pelo viés viruscêntrico, que não leva em consideração os atores sociais em suas agências, estilos de criatividade, reexistências e reelaborações ecológicas de um mundo em “tempos de catástrofe” como tempo ordinário. Assim, o tempo da roça afetado pelo tempo da burocracia se transubstancializa em tempos mortíferos. A coexistência desses tempos e de uma leitura de(s)colonial do coronoavírus foi possível, no caso apresentado aqui, através da antropologia da alimentação, do seguir as redes da comensalidade quilombola e sua reexistência contra a morte e a favor da vida em sua mais alta pulsão vital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos guardiões dos modos de ser – teko jára, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos kaioiwá e guarani. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 21, n. 44, p. 195-226, jan./abr. 2021.
- BRANDÃO, J. Quilombos, política federal de patrimônio e reparação. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* [online], v. 28, d2e57, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e57>>.
- CARNEIRO, Ana. O sistema de mexida na cozinha: de que riem eles? In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Org.). *Giros etnográficos em Minas Gerais*: Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Rio de Janeiro: Faperj/7letras, 2015.
- DAINESE, Grazielle. Chegar à terceira margem: um caso de prosa, paixões e maldade. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Org.). *Giros etnográficos em Minas Gerais*: Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Rio de Janeiro: Faperj/7letras, 2015.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. v. 1. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. v. 2. São Paulo: Editora 34, 2011c.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012c.

- DIAS, Luiz Marcos de França. *Comunidades quilombolas em territórios coletivos do Vale do Ribeira (SP): saberes da roça em construção de um projeto político epistêmico*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira-SP*. v. I. Relatório v.1 (0148894). ISA, outubro, 2017.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Pequeno tratado de etnologia culinária*. In: LÉVI-STRAUSS, C. *A Origem dos Modos à Mesa*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. Le triangle culinaire. *L'Arc*, Aix-en Provence, n. 26, 1965.
- LOERA, N.; MARCUCCI, A.; TORRES, L. *Composições do mundo rural no Brasil: terra, trabalho e tempo como possibilidades do comum*. No prelo.
- MACHADO, C. F. *De partes e potências: a pessoa na Casca: uma etnografia dos encontros, das relações e dos 'afetos' no Quilombo da Casca, Mostardas/RS*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MACHADO, C. F. *Ecos de um quilombo: estética da re-existência na Serra do Evaristo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, dez. 2001.
- NASCIMENTO, Lisangela. *O lugar do Lugar no ensino de geografia: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira, SP*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, S.; BITENCOURT, J.; SILVA, R.; MAIA, C.; ALMEIDA, E. Idosos quilombolas, identidade étnica e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. *Anais...*
- PEDROSO-JÚNIOR, Nelson N.; MURRIETA, Rui S. S.; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222008000200003>>.
- RIBEIRO FILHO, Alexandre Antunes. *Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescente de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunidades quilombolas no Vale do Ribeira*. Tese (Doutorado em Ciências na Área de Ecologia de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ROLNIK, S. *Micropolíticas na pandemia: entre o colapso e os movimentos de transfiguração*. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=suely+rolnik+micropolitica>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Tradução: Sergio Tadeu de Niemayer Lamarão. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2003.
- SEGATA, Jean *et al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021a.
- SEGATA, Jean; SEGATA, Juliara B. Muito além do vírus: Prefácio. In: PIMENTA, Denise N.; Almeida, Juniele R.; Lima, Lívia M. G. (Org.). *(Im)Permanências: História Oral, Mulheres e Envelhecimento na Pandemia*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2021b. v. 1.
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.
- VIEIRA, Luciana M. *Do quilombo ao mercado: um estudo da pluriatividade na sustentabilidade da comunidade quilombola de Ivaporunduva, SP*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Este artigo escrito a quatro mãos baseia-se nos dados empíricos, seja de campo ou de arquivos e *sites*, realizados pela pesquisadora Ana Carolina Oliveira Marcucci e na reflexão realizada pelos dois autores.
- ² Fala da liderança quilombola Benedita Rocha, moradora do quilombo Maria Rosa à reportagem do Globo Rural de 14 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/10039977/>>. Acesso em: nov. 2021.
- ³ Ver p. ex. Segata *et al.* (2021a). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/i/2021.v27n59/>>.
- ⁴ Rexistir pode tanto ser pensado no modo como Viveiros de Castro (2019) colocou para os povos ameríndios, entre os quais existir é sempre resistir, como pelo modo como Machado (2018) demonstrou para o Quilombo do Evaristo/CE, nesse caso escrito com hífen (re-existir) comunga a resistência reativa, a afirmação da vida como em Isabelle Stengers e a criatividade em sentido artístico como em Félix Guattari.
- ⁵ Como demonstraram VÍctora, Siqueira e Schuch (2019), as noções de grupo de risco e, mesmo de terceira idade, precisam ser relativizadas e colocadas em contexto. Além disso, como demonstraram, também, Segata *et al.* (2021a). A judicialização da saúde no caso da Covid-19 serviu para decidir quem vivia e quem morria, assim as noções de grupo de risco, acrescentamos, serviram diante à ineficácia do Estado e seu (des)governo em sua explícita necropolítica.
- ⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/forumpctvaledoribeira/photos/2506896576241955>>. Acesso em: dez. 2021.
- ⁷ Poderíamos pensar, com Anjos (2018), nos mais velhos do quilombo como verdadeiros Pretos Velhos e na temporalidade da coexistência que o autor nos apresenta inspirado nas formulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari.
- ⁸ Segundo o Dicionário Aurélio, pousio é o nome dado ao descanso ou repouso proporcionado às terras cultiváveis, interrompendo-lhes as culturas para tornar o solo mais fértil.
- ⁹ Fala realizada durante o evento Roda de Conversa “Ferramentas de patrimonialização das tecnologias e práticas agrícolas tradicionais do Vale do Ribeira”, organizada pelo Observatório dos Conflitos Rurais em SP, em Iporanga, 2018.
- ¹⁰ Evento “Conexão quilombo e favela: segurança alimentar em tempos de pandemia”, promovido pelo Instituto Socioambiental em 1º/10/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fgc4wgjpkzI>>. Acesso em: out. 2021.
- ¹¹ Segundo o art. 14 da Lei nº 11.947/2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE: “no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).
- ¹² Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-escolas-fechadas-38-toneladas-de-alimentos-quilombolas-para-merenda-tem-destino-incerto>>. Acesso em: nov. 2021.
- ¹³ Fala retirada de reportagem do ISA de 31 de julho de 2020. “Quilombolas e caiçaras distribuem, em três meses, mais de 50 t de alimentos para famílias vulneráveis”. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-e-caiçaras-distribuem-em-tres-meses-mais-de-50-t-de-alimentos-para-familias-vulneraveis>>. Acesso em: nov. 2021.
- ¹⁴ Fala realizada no evento “Comunidades Tradicionais e Segurança Alimentar na Pandemia” do Diálogos na Linha D'água, promovido pelo Instituto Linha D'água. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LmwzcL_OuC0&t=5s>. Acesso em: out. 2021.
- ¹⁵ Foram também atendidas comunidades indígenas da região, como a Aldeia Pegua TY do município de Sete Barras; Aldeia Takua TY do município de Iguape; Aldeia Ka'aguy Poty do

município de Iguape; Aldeia Itapuã do município de Iguape; Aldeia Terra Indígena Jeju TY – Bairro Toca do Bugio no município de Iguape; Aldeia Takuari do município de Eldorado; Reserva Indígena Tekoa Gwira Pepo do município de Tapiraí; Terra Indígena Jaraguá do município de São Paulo; Terra Indígena Tenonde Porá do município de São Bernardo do Campo; Aldeia Tangará do município de Peruíbe; Aldeia Paranapuã Mirim Karaidida do município de São Vicente; Aldeia Awa Porungawa Dju do município de Peruíbe; Aldeia Indígena Tekoá Arandu do município de Itariri. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/cestas-basicas-montadas-por-quilombolas-de-sp-serao-destinadas-a-comunidades-indigenas/>>. Acesso em: out 2021.

- ¹⁶ Infelizmente, utilizar fontes alternativas como notícias, *lives* e contatos esporádicos por mensagem de WhatsApp não nos permitiu realizar o aprofundamento como gostaríamos de descrições da logística das entregas e contatos e o papel da tecnologia nessas conexões, o que merece ser adensado em análises futuras.
- ¹⁷ A escolha do que será considerado “comida” e do como, quando e por que comer tal alimento é relacionada com o arbitrário cultural e com uma classificação estabelecida culturalmente. A cultura não apenas indica o que é e o que não é comida, estabelecendo prescrições (o que deve ser ingerido e quando) e proibições (fortes interdições como os tabus), como estabelece distinções entre o que é considerado “bom” e o que é considerado “ruim”, “forte”, “fraco”, *ying* e *yang*, conforme classificações e hierarquias culturalmente Definidas (MACIEL, 2001, p. 149). Para o conceito de comestibilidade ver, também, Fischler (2001).
- ¹⁸ Minidocumentário “Do quilombo pra favela- Alimento para a resistência Negra” (*Brasil, 2022, 22 min.*) de realização do Instituto Socioambiental (ISA), Associações Quilombolas, Cooperquivale. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QgQkqt2auXc&t=8s>>.
- ¹⁹ Dentre os parceiros estão Instituto Linha D’Água, Associação dos Moradores da Enseada da Baleia, Instituto Brasil a Gosto, Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), Prefeitura de Eldorado, Prefeitura de Iporanga, Prefeitura de Cananéia, Prefeitura de Jandira, Prefeitura de Embu das Artes, ONG Bloco do Beco, Comunidade São Remo, Associação de Moradores da Vila Brasilândia, Projeto Meninas em campo, Grupo Conexão Petar, a Associação Mulheres Unidas por uma Vida Melhor (Amuvim), Instituto de Terras (Itesp), o Instituto Magazine Luiza, Rainforest, entre outros. Além disso, financiamentos da União Europeia e Good Energy estiveram presentes desde o início da campanha. “Pandemia escancara fome nas periferias, e cooperativa quilombola distribui alimentos em ações emergenciais”, de Andressa Cabral Botelho e Roberto Almeida, em 09 de Setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pandemia-escancara-fome-nas-periferias-e-cooperativa-quilombola-distribui-alimentos-em-acoes-emergenciais>>. Acesso em: nov. 2021.
- ²⁰ “Projeto leva produção de quilombos no Vale do Ribeira à periferia paulistana”, matéria de Carolina Ferreira, em 21 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/comida/2021/10/projeto-leva-producao-de-quilombos-no-vale-do-ribeira-a-periferia-paulistana.shtml>>. Acesso em: nov. 2021.
- ²¹ “Quilombos do Vale da Ribeira aplicam técnica centenária no plantio”, por Globo Rural, em 14 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2021/11/14/quilombos-do-vale-da-ribeira-aplicam-tecnica-centenaria-no-plantio.ghtml>>. Acesso em: nov. 2021.
- ²² “Pandemia escancara fome nas periferias, e cooperativa quilombola distribui alimentos em ações emergenciais”, de Andressa Cabral Botelho e Roberto Almeida, em 09 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pandemia-escancara-fome-nas-periferias-e-cooperativa-quilombola-distribui-alimentos-em-acoes-emergenciais>>. Acesso em: nov. 2021.
- ²³ A diversidade dos cultivos manejados na roça quilombola é imensa, só em nível de exemplo, temos variedades de arroz, feijão, mandioca, milho, banana, abóbora, cana, mamão, amendoim, batata doce, laranja, limão, mexerica, couve, alface, rúcula, escarola, almeirão, pepino, chuchu, cará, inhame, beterraba, cenoura, cebolinha, salsinha e verduras. Esses são apenas algumas as mais de 240 variedades de plantas manejadas nas roças e quintais

quilombolas, Tal fartura tem como fim principal a alimentação, mas também há plantas usadas para fins medicinais e para a construção de casas e confecção de peças (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017, p. 30-32).

- ²⁴ “Quilombolas e caiçaras ajudam a alimentar a periferia de SP. E pode ser só o começo”. Roberto Almeida, junho de 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-e-caicaras-ajudam-a-alimentar-a-periferia-de-sp-e-pode-ser-so-o-comeco>>. Acesso em: nov. 2021.
- ²⁵ Segundo Carneiro (2015, p. 94), é pela comida que puxa prosa, e leva ao riso: a comida puxa prosa, e esta, por sua vez, puxa comida novamente. Este sistema cria intimidade, e disso podemos começar a observar a matriz relacional do parentesco a partir da comida.
- ²⁶ “Quilombolas e caiçaras ajudam a alimentar a periferia de SP. E pode ser só o começo”. Roberto Almeida, junho de 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-e-caicaras-ajudam-a-alimentar-a-periferia-de-sp-e-pode-ser-so-o-comeco>>. Acesso em: nov. 2021.
- ²⁷ Fala retirada do evento *on-line* “Conexão quilombo e favela: segurança alimentar em tempo de pandemia”, no Canal do YouTube do Instituto Socioambiental, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fgc4wgjpkzI>>. Acesso em: dez. 2021
- ²⁸ Idem nota anterior.

Recebido em janeiro de 2022
Aprovado em fevereiro de 2023